

LÍNGUA EMERGENTE DE SINAIS DE ETNIAS INDÍGENAS: catalogação de sinais de indígenas surdos

Ivanilton Ferreira¹
Arlete Marinho Gonçalves²

RESUMO

Este artigo analisa apresenta um estudo de caso sobre a trajetória da validação da língua de sinais de uma comunidade indígena e surdos procedimentos de registro, validação e catalogação da Língua de Sinais, da etnia Munduruku. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, do tipo exploratório e de campo. O lócus da pesquisa foi a aldeia Karapanatuna, na Terra Indígena Munduruku, localizada no município de Jacareacanga, no sudoeste do Estado do Pará, e as técnicas utilizadas foram as de observação participante e entrevista aberta. Os participantes da pesquisa foram: 3 indígenas surdos da etnia Munduruku; 3 professores indígenas, acadêmicos do curso Intercultural Indígena da UEPA; 1 participante não-indígena, que atua na Terra Indígena Munduruku; e 1 intérprete local da aldeia Karapanatuba. Para catalogação, utilizou-se a ficha terminográfica e a ficha de registro para organizar e sistematizar os sinais-termos. Conclui-se que a validação dos sinais -termo é necessária como potencializadora do registro de uma multilíngua existentes nas comunidades indígenas, onde possuem surdos.

Palavras-chaves: Língua de Sinais; Validação; Catalogação; Cultura indígena.

Emerging Sign Language of Indigenous Ethnicities: Cataloguing the Signs of Deaf Indigenous People

ABSTRACT

This article analyzes presents a case study on the trajectory of sign language validation in an indigenous community and deaf Sign Language registration, validation and cataloguing procedures of the Munduruzku ethnic group. The research had a qualitative, exploratory and field approach. The locus of the research was the Karapanatuna village,

¹ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES) da Universidade Federal do Pará - UFPA (2021). Doutorando em Educação Ciências e Matemáticas (PPGECM) - 2023, pelo Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) da Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Brasil. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-9254-4165>. Email: ivanilton.ferreira@uepa.br

²Doutora em Educação (UFPA), Mestre em Educação (UEPA), Especialista em Educação especial e inclusiva; Neuropsicopedagogia; Psicopedagogia Clínica e Institucional; e em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/LP2. Professora de Libras o Instituto de Ciências Médicas da UFPA. Professora do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES/NITAE/UFPA), e Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEES/UFPA). Belém, Brasil. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-8194-3622>. Email: arletmg@ufpa.br

in the Munduruku Indigenous Land, located in the municipality of Jacareacanga, in the southwest of the State of Pará, and the techniques used were participant observation and open interview. The participants of the research were: 3 deaf indigenous people of the Munduruku ethnic group; 3 indigenous professors, academics from the Indigenous Intercultural course at UEPA; 1 non-indigenous participant, who works in the Munduruku Indigenous Land; and 1 local interpreter from the Karapanatuba village. For cataloguing, the terminographic form and the registration form were used to organize and systematize the sign-terms. It is concluded that the validation of term signs is necessary as an enhancer of the registration of a multilanguage existing in indigenous communities, where there are deaf people.

Keywords: Sign Language; Validation; Cataloguing; Indigenous culture.

Lengua Emergente de Señas de Etnias Indígenas: Catalogación de Señas de Indígenas Sordos

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio de caso sobre la trayectoria de validación de la lengua de señas de una comunidad indígena y sordos, abordando los procedimientos de registro, validación y catalogación de la Lengua de Señas de la etnia Munduruku. La investigación tuvo un enfoque cualitativo, de tipo exploratorio y de campo. El locus de la investigación fue la aldea Karapanatuba, en la Tierra Indígena Munduruku, ubicada en el municipio de Jacareacanga, en el suroeste del Estado de Pará, y las técnicas utilizadas fueron la observación participante y la entrevista abierta. Los participantes de la investigación fueron: 3 indígenas sordos de la etnia Munduruku; 3 profesores indígenas, estudiantes de la carrera Intercultural Indígena de la UEPA; 1 participante no indígena, que trabaja en la Tierra Indígena Munduruku; y 1 intérprete local de la aldea Karapanatuba. Para la catalogación, se utilizaron la ficha terminográfica y la ficha de registro para organizar y sistematizar las señas-término. Se concluye que la validación de las señas-término es necesaria como potenciadora del registro de una multilengua existente en las comunidades indígenas que cuentan con personas sordas.

Palabras clave: Lengua de señas; Validación; Catalogación; Cultura indígena.

INTRODUÇÃO

A interação do indígena surdo no ambiente escolar realiza mudanças significativas, em termos de concepções e práticas educacionais e pedagógicas no sistema de educação regular. Apesar dos desafios encontrados nos espaços educacionais, há como difundir o uso da Língua de Sinais emergentes de indígenas, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, fomentando, assim, o enfrentamento

das dificuldades e o reconhecimento de possibilidades e práticas facilitadoras de inclusão que levem em consideração as especificidades culturais e linguísticas dos sujeitos.

Nas últimas décadas, destaca-se que, acerca da Língua Brasileira de Sinais-Libras, o Brasil já avançou nessa direção, com medidas como com a aprovação da Lei nº 10.436/2002, que oficializou a Libras como segunda língua brasileira e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei da Libras e traz diretrizes sobre a educação de surdos, e a Lei nº 14.191/2021 que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. No entanto, essas legislações não fazem referência às línguas indígenas de sinais, e como seriam realizados a ação educacional e o ensino dessa língua nas comunidades específicas, respeitando sua condição plurilíngue.

Os primeiros passos dados para se registrar a Língua emergente de Sinais Munduruku-LSM, se inicia com a prática docente, nas disciplinas de Educação Especial e Língua Brasileira de Sinais, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UEPA, o que nos permitiu a reflexão sobre a prática pedagógica frente ao ensino da Libras para acadêmicos indígenas bilíngues (Língua Munduruku e Língua Portuguesa, (LP)) e sobre a necessidade de aprender uma terceira língua, a Libras em si, ou a Língua de Sinais local, apenas para que pudéssemos conversar com surdos indígenas da etnia Munduruku.

E essa experiência nos permitiu refletir acerca de um debate plurilíngue que deveria ser feito na teoria e na prática com esses acadêmicos, uma vez que o sujeito a ser ensinado, para atender ao currículo e à cultura local, deveria ter como premissa pelo menos quatro línguas (LP, Munduruku, a Libras e a Língua de Sinais local). Então, o que fazer? Como utilizar as duas ou três formas de comunicação? Afinal, os alunos do curso seria os professores que iriam ensinar a Língua de sinais para os alunos surdos, futuramente. Foram as primeiras perguntas internalizadas que tivemos que exercitar ao longo da disciplina Libras, na condição de docente e pesquisador, e na relação com os acadêmicos indígenas Munduruku.

Diante do desafio cotidiano nessa relação com alunos indígenas da comunidade da etnia Munduruku, nos fez produzir catalogar a língua de sinais Munduruku. Diante disso, este estudo traz um recorte da pesquisa trazendo para

o estudo o questionamento: como registrar, validar, validar e sistematizar sinais- termos específicos usados por indígenas surdos da etnia Munduruku? Para responder essa situação problema, este estudo objetiva, descrever os procedimentos de registro, validação e catalogação da língua de Sinais emergentes, que ocorreu na etnia Munduruku, Estado do Pará.

REVISÃO DA LITERATURA

Sumaio (2014) pesquisou indígenas surdos da etnia Terena e coletou sinais usados por eles, avaliando a estrutura morfológica no uso desses sinais, e se estes chegam realmente a constituir uma língua. Além disso, observou a relação dos sinais com a Libras, se os casos estudados tratavam apenas de uma variedade da Libras e quais as diferenças na língua utilizada nessa região em comparação com a Libras. Destacamos a importância de estudos como esse desenvolvido por Sumaio (2014), pois visam contribuir com o registro e fortalecimento de línguas emergentes usadas pelas pequenas comunidades surdas do Brasil.

O estudo de Furini (2017) ao pesquisar a Inclusão de indígenas com deficiência no contexto da educação especial objetivou “investigar como ocorre o processo de inclusão educacional em uma escola de educação especial, tendo em vista, as suas possibilidades, as implicações e as limitações dentro deste processo e contexto específico”, ou seja, a pesquisadora abordou a educação especial de forma ampla, perpassando pela história da deficiência assim como da educação especial, além de analisar o processo de inclusão educacional do indígena com deficiência na APAE de Tenente Portela (RS), incluindo o estudante surdo. No entanto, não deixa claro como a língua de sinais era trabalhado com o discente surdo com deficiência.

Sá (2015) realizou uma análise das matrículas efetivadas na educação escolar indígena e na educação especial, em um recorte temporal entre os anos de 2007 e 2013, de acordo com os dados do Censo Escolar divulgados pelo INEP e apresentados pela autora. Observamos que a modalidade de educação especial nas escolas indígenas ainda carece de estudos minuciosos, visto que, segundo a autora, as matrículas de crianças indígenas com deficiência na educação escolar indígena, no Brasil, foram 2.057, enquanto na educação especial indígena o quantitativo foi de apenas 30 alunos matriculados, no ano de 2013. Percebe-se, portanto, que

mesmo com um número significativo de matrículas de indígenas com deficiência, ainda se faz necessário avançar e fortalecer ações de educação especial nas escolas das aldeias indígenas do Brasil.

Soares (2018) avaliou a fonologia, principalmente, o léxico, a morfologia, a sintaxe e a semântica da língua de sinais Terena, chegando à conclusão de que não constitui variedade da Libras e nem um sistema de sinais caseiros, mas uma língua autônoma”. A pesquisadora destaca que foi constatada a existência de uma Língua Terena de Sinais, e que essa é uma língua autônoma. Percebemos nesse estudo que, embora sejam pouco conhecidas, existem outras línguas de sinais no Brasil, e que o sistema ainda carece de levantamentos, organização e sistematização para que essas línguas sejam divulgadas, tendo em vista principalmente a sua relevância social para a comunidade, uma vez que terão seus processos de ensino-aprendizagem diferenciados, visando à inclusão dos surdos e, nesse caso, os da etnia Terena.

Coelho (2019) evidencia as estratégias de ensino nas escolas indígenas que não contribuem para a valorização das línguas de sinais existentes nessas comunidades. Todavia, é preciso ressaltar a importância das Línguas de Sinais no sentido de valorização e respeito ao indígena surdo, além de permitir que esse indivíduo se aproprie dos saberes culturais da sua comunidade e do seu povo.

Destaca-se que é preciso ampliar estudos e pesquisas sobre a língua de sinais de surdos indígenas, visto que há alunos indígenas com deficiência no interior das escolas das aldeias que não contam com professores especialistas para atender às necessidades específicas dessa parcela de estudantes, desenvolvendo ações e recursos didático-pedagógicos. Pudemos perceber este fato nas aldeias que visitamos como docente e como pesquisador.

Sobre mapeamento de sinais de comunidades indígenas que possuem surdos observou-se formas diferentes de mapear e registrar, Azevedo (2015), por exemplo, mapeou os indígenas surdos do povo Sateré-Mawé, de Parintins, no estado do Amazonas. O estudo levantou os sinais existentes entre os indígenas surdos, analisando a natureza linguística do léxico (vocabulário), que posteriormente deu origem a um Minidicionário trilingue nas línguas Indígena Sateré-Mawé, Libras e Língua Portuguesa.

A dissertação defendida por Barretos (2016), traz como objetivo investigar a situação de comunicação em que se encontram os Akwẽ-Xerente Surdos. O estudo fala em:

identificação, o registro, a descrição e a análise da situação de comunicação em que eles estão inseridos, considerando os relatos dos colaboradores da pesquisa em relação às interações comunicativas entre Surdo-Surdo e Surdo-ouvinte, entre outros fatores inerentes ao processo de comunicação dos Surdos nas ambiências culturais do povo Akwẽ-Xerente (Barretos, 2016, p. 84).

Destaca-se que o estudo menciona o termo “registro”, mas não fala sobre a organização e sistematização dos sinais usados pelos surdos Akwẽ-Xerente, para divulgação posterior.

As pesquisas de Costa (2017), Eler (2017) e Gregianini (2017) tiveram como foco mapear sinais dos surdos da etnia Paiter Suruí. A primeira pesquisa objetiva o mapeamento dos sinais no contexto familiar, a segunda é voltada para o contexto da Educação Escolar Indígena, e a terceira aborda o contexto da comunidade. Embora as três pesquisas tenham sido voltadas para o mapeamento de sinais usados por surdos Paiter Suruí, não ficou evidente a materialização de algum elemento que possa vir a subsidiar ou fomentar a divulgação dessa língua como forma de fortalecimento da identidade surda em contextos indígenas.

Mussato (2017), em sua pesquisa “O que é ser Índio Sendo Surdo: um olhar transdisciplinar”, traz alguns questionamentos de como o sujeito indígena surdo se vê, ou seja, as representações de si; como acredita que o outro o vê, que é a representação de si e do outro; e em qual universo linguístico se encontra, sendo este aspecto a representação da língua e da linguagem. A pesquisadora chama atenção para o fato de o sujeito ser indígena e surdo, sendo duplamente excluído. Nas palavras da autora: “deixando-os à margem da sociedade hegemônica numa dupla exclusão” (Mussato, 2017, pp. 98).

Damasceno (2017) trouxe como título da sua pesquisa “Surdos Pataxó: Inventário das Línguas de Sinais em Território Etnoeducacional”. O objetivo foi “desenvolver um estudo etnográfico, inventariando as práticas discursivas e as Línguas de Sinais dos surdos Pataxó que residem na aldeia de Coroa Vermelha, localizada no município de Santa Cruz Cabralia (Bahia)”. A pesquisadora buscou

sistematizar de forma comparativa o léxico-semântico entre a Língua de Sinais Pataxó e a Libras. Essa análise lexical, conforme está descrito no resumo, foi transcrita em Escrita de Sinais (Sistema SignWriting). Por não ter tido acesso ao estudo completo, não foi possível analisar de forma mais detalhada como foram sistematizados e organizados os sinais existentes entre os indígenas Pataxó.

O estudo explicita a importância do uso das línguas de sinais emergentes nas aldeias indígenas. Porém, não foi evidenciada a sistematização e concepção de catalogação dos sinais dessas comunidades que possuem surdos.

METODOLOGIA

A pesquisa se concretizou a partir da abordagem qualitativa do tipo exploratória, incluindo pesquisa de campo. Para Vieira (2010, p. 88), os principais dados a serem buscados em pesquisas qualitativas são “reunir documentos e todo o tipo de registros ou correspondências disponíveis, realizar entrevistas, observar a interação entre os indivíduos e as instituições e grupos locais”.

No tocante à pesquisa de campo, Silva (2018) ressalta que: consiste na coleta direta e informação no local em que acontecem os fenômenos, “é aquela que se realiza fora do laboratório, próprio terreno das ocorrências” (Silva, 2018, p. 151). Na pesquisa de campo, os registros foram feitos através de fotos e anotações no caderno de registro, por meio da observação assistemática.

A pesquisa foi realizada na aldeia Karapanatuba, que fica na Terra Indígena (TI) Munduruku, pertencente ao município de Jacareacanga-PA. O município fica a uma distância de aproximadamente 1.700Km da capital do Pará, Belém.

Para a realização da pesquisa de campo, foi necessário envolver alguns participantes no processo. Participaram quatro (4) pessoas, sendo três (3) indígenas surdos e uma (1) tradutora e intérprete da Língua de Sinais Munduruku, todos residentes na aldeia Karapanatuba, além de outras duas (2) pessoas que nos auxiliaram na tradução das línguas orais (Munduruku e o Português) e com as gravações dos vídeos com os surdos sinalizando na LSM. A pesquisa teve autorização expedida pela FUNAI, após consultar as lideranças e a os moradores da aldeia e da associação Pusuru, que representa os indígenas Munduruku do alto

Rio Tapajós. Esse procedimento é necessário, conforme previsto nos artigos 6º e 7º da convenção 196 da OIT.

As análises se deram pelos procedimentos dotados: 1) captura/registro dos sinais-termos da LSM de forma remota e presencial; 2) identificação dos parâmetros dos sinais-termos e apropriação pelo pesquisador; 3) registro em foto e sistematização dos sinais-termos na ficha terminográfica; 4) validação dos sinais-termos junto à comunidade surda do povo Munduruku.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Registro de sinais

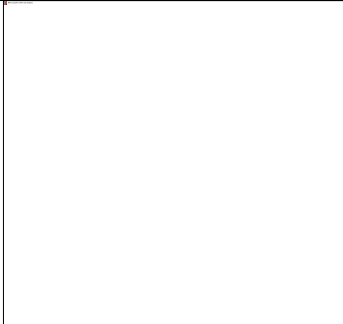
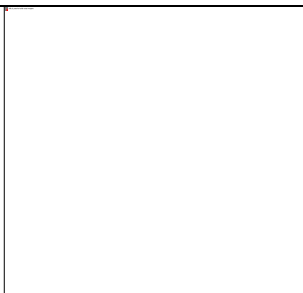
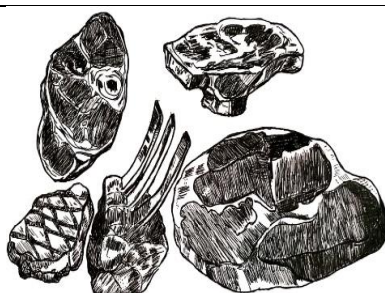
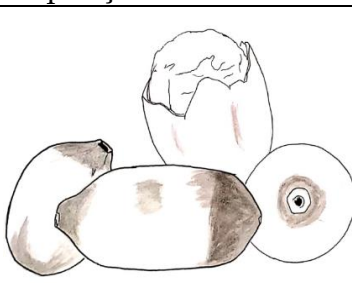
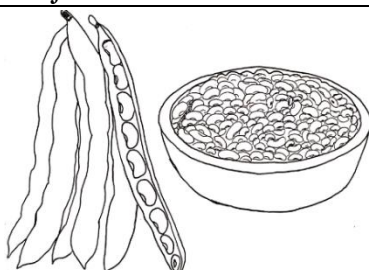
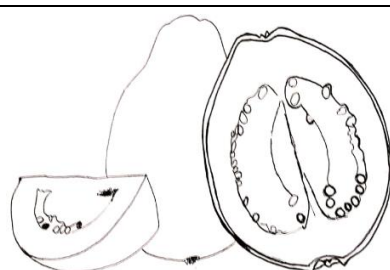
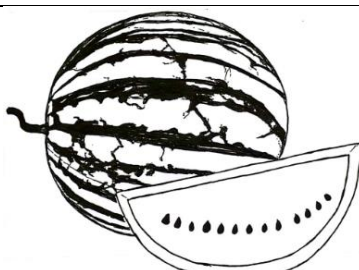
Com o desígnio de alcançarmos nosso objetivo, que era registrar, validar e a catalogação dos sinais-termos usados pelos surdos da etnia Munduruku, organizamos um roteiro de apresentação com os temas que pretendíamos alcançar com a catalogação dos sinais, de acordo com os parâmetros do que é mais comum ser trabalhado na disciplina Libras-básico e nos cursos de formação de professores e Pedagogia, quando se discute educação de surdos e se ensinam os parâmetros da Língua de Sinais na UEPA, em particular, nos cursos de Educação Intercultural.

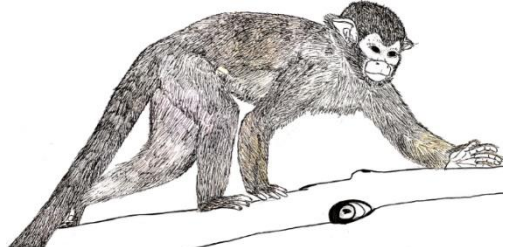
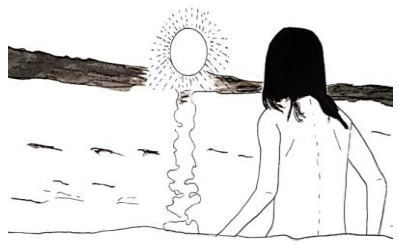
Faulstich (2013) salienta que para elaboração de glossários em língua de sinais é necessário levar em consideração que os sinais têm parâmetros diferentes das palavras em línguas orais. Além disso, a autora ressalta que o pesquisador deve validar seu trabalho terminológico e que seja fonte de consulta semântica de áreas específicas do conhecimento.

A comunidade surda da etnia Munduruku foi convidada para estar presente no barracão, e, nela foi apresentada a pesquisa e as instruções para os surdos para a captura de sinais-termo. As orientações foram: “Cada participante surdo deve sinalizar de forma individual cada palavra/imagem, de acordo com o que vocês usam no diálogo com outros surdos e ouvintes, da sua ou de outras aldeias da Terra Indígena Munduruku. Ao final citem exemplos de uso dessa palavra na comunidade em situações de diálogo”.

Realizou-se três (3) reuniões presencialmente com os surdos, a intérprete local e alguns indígenas que nos ajudaram no processo de tradução das línguas orais (Português e Munduruku). Esse apoio foi de suma importância, pois eles nos auxiliaram também com as gravações e registro dos sinais em vídeo. Das 3

reuniões, apenas 1 foi para capturar novos sinais. As demais reuniões foram reservadas para a validação dos sinais capturados. Ao final, o quantitativo de sinais-termos ficou em 59 sinais-termo.

Relação de palavras/imagens – para captura de sinais		
Açaí	Arroz	Banana
		
Café	Carne	Cupuaçu
		
Feijão	Goiaba	Melancia
		
Ovo	Peixe	
		
Animais		
Abelha	aranha	

			
Borboleta		Galinha	
Macaco		Preguiça	
			
Cumprimentos/saudação			
Bom dia	Boa tarde	Boa noite	
			
Tudo bem	Tchau	Obrigado	
			
Família			
Mamãe	Papai	Vovó	

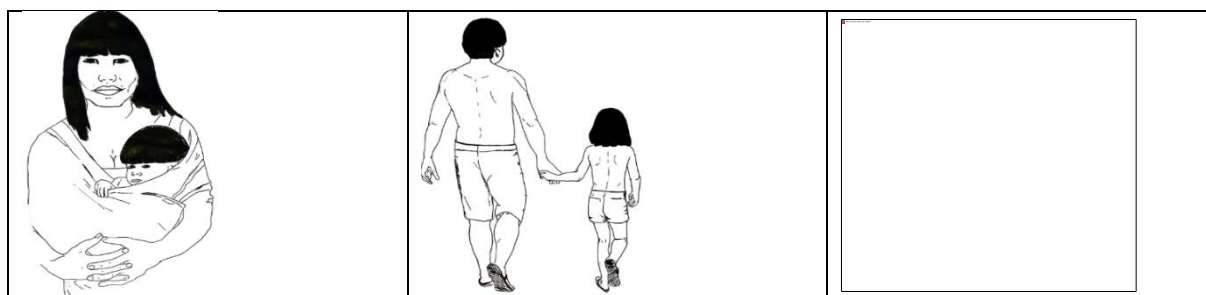


Figura 1 - Roteiro para captura dos sinais. Fonte: Ferreira (2020)

O material capturado por gravação em vídeo e as fotografias tornaram-se o *corpus* (material) para recorte e registro dos sinais-termo. O registro foi importante para iniciarmos o mapeamento dos sinais e para o processo de sistematização, antes do retorno à aldeia para possível validação. Nessa etapa, assistimos os vídeos, treinamos e aprendemos a sinalização daquela comunidade. Para essa etapa nos fotografamos e organizamos uma ficha terminográfica, com os sinais sistematizados por tema e nos deslocamos novamente até comunidade Munduruku para registrar novos sinais e validação.

Sistematização dos sinais

Para sistematizar o que tinha sido capturado e com a ajuda e apoio da interprete local e dos professores indígenas montamos uma lista de palavras, que contém as descrições elaboradas pelo autor para ajudar a sistematizar e categorizar o registro. A organização ficou da seguinte maneira: Português; Munduruku; capturado?; categoria do sinal. Essa lista foi importante, pois, além das palavras em português, foram traduzidas para língua Munduruku na modalidade escrita, e essa estrutura serviu de base para a validação final.

Tabela 1 – EXEMPLO DA LISTA DE PALAVRAS DE SINAIS CAPTURADOS (

Portuguê		Munduruk	
Número	s	u	Categoria
1	bom dia	wuykabia	cumprimento
2	papai	Bay-bay	Família
3	aranha	Doa	Animais
4	mel	E it	Alimentos
5	boa noite	Wuykabiog̃	Saudação
6	abacate	Bakati'a	Alimentos
7	abelha	Karao'a	Animais
8	ajuda	Ibuywat	Verbos

Ao final, dos 59 sinais-termo, foram criadas 5 (cinco) categorias levantadas/organizadas, a saber: alimentos; animais; cumprimento; família; verbos. As frases indicadas pela comunidade surda, participante de cada etapa foi, ao final, inserida nos exemplos do minidicionário

Validação

Segundo Nascimento (2016, p. 151), a validação dos sinais-termos se faz necessária para verificar se eles estão em conformidade com as regras morfológicas e fonológicas das Línguas de Sinais. Ainda de acordo com a autora, as sessões de validação são para avaliar o conteúdo semântico dos sinais. Este processo é de suma importância para a inserção e ajuste de conteúdo, ajustes semânticos e fonológicos dos sinais-temos.

Nesse momento, cada participante convidado recebeu a ficha de validação. Nela, os informantes da pesquisa, principalmente os surdos e a intérprete local, puderam analisar os parâmetros da Língua de Sinais: a configuração das mãos; ponto de articulação; movimento; a direção/orientação; e a expressão facial reproduzida pelo pesquisador. Essa apresentação se deu por meio de vídeos e imagens (desenhos). Cada validador pôde apontar erros na sinalização ou concordar com o sinal. Os que não foram aprovados, o pesquisador refez o vídeo para nova avaliação, em outro dia.

Iniciamos apresentando aos participantes da pesquisa os vídeos com os sinais; porém, percebemos um certo desconforto, então passamos a mostrar os que estavam impressos na ficha terminográfica, e a partir desse momento, o trabalho fluiu a contento. Os sinais foram organizados na ficha de acordo com a ordem da sistematização, respeitando os temas levantados.

A ficha contém ainda, o nome dos validadores, o número da gravação e os critérios avaliativos que envolveram os parâmetros da Libras. Cada parâmetro segue as recomendações “aprovado” e “para correção”. Nesse processo de validação 17 sinais precisaram de ajustes, pois não atendeu aos critérios e parâmetros da LSM, a seguir, explicaremos os ajustes que foram necessários ajustar.

Catálogo

Na sequência, registramos em foto e sistematizamos individualmente na ficha terminográfica. Destacamos a importância da ficha terminográfica na catalogação de línguas de sinais, pois trata-se de um instrumento fundamental que visa além de organizar os sinais por categoria, e corrige possíveis equívocos fonológicos.

Para esta pesquisa, a ficha terminográfica foi elaborada com base no modelo utilizado por Ribeiro (2013) que diz que:

A ficha terminológica é um elemento muito importante na organização de repertórios terminológicos e um dos itens fundamentais para a geração de um glossário. Pode ser definida como um registro completo e organizado de informações referentes a um dado termo. De acordo com cada pesquisa, a ficha terá suas especificidades podendo ser feita sob forma de registro informatizado ou, [...] em formato de papel (Ribeiro, 2013, p. 50).

Para a sistematização, validação e adequação dos sinais-termos da etnia Munduruku, usamos na descrição os parâmetros das Línguas de Sinais, para que não haja erros conceituais. Para tanto, utilizamos como referência o autor Felten (2016) que postula a necessidade da utilização desses parâmetros:

os parâmetros fonológicos da Libras, a saber, Configuração de Mão (CM), Movimento (M) e Ponto de Articulação (PA), considerados primários. E dos outros dois parâmetros considerados secundários, Orientação da Palma da Mão (OP) e as Expressões Não Manuais (Expressões Faciais e Corporais) (Felten, *ibidem*, p. 95).

Diante do exposto, a ficha terminográfica que utilizamos foi organizada da seguinte forma: título; número da ficha e do registro; os sinais-termos da Língua Munduruku; os sinais-termos da Libras. Os sinais estão listados como línguas Munduruku e Portuguesa, na modalidade escrita; na sequência a definição e o exemplo de uso, a classificação gramatical, e os cinco parâmetros das Línguas de Sinais.

A ficha terminográfica foi importante para organizar as duas línguas, com o propósito de perceber as diferenças entre os seus conceitos, suas gramáticas e os seus parâmetros, características essenciais para a construção de dicionários de Línguas de sinais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo descrever os procedimentos de registro, validação e catalogação de Libras de Sinais. Para isso, apresentamos os passos que seguimos para, registrarmos e catalogarmos os sinais-termos usados pelos indígenas surdos da etnia Munduruku. Conforme pôde-se observar, registramos 59 sinais-termos da LSM. Porém, pretendemos dar continuidade nesse processo de registro e sistematização dos sinais da comunidade surda do povo Munduruku, pois existem muitos outros que precisam ser catalogados e difundidos entre a própria comunidade surda local e as aldeias, já que se trata de sinais comuns usados por várias pessoas.

Pois isso, se torna ferramenta importante o registro da LSM, tanto no sentido de valorização da cultura de uma etnia/comunidade surda, quanto no sentido de ferramenta pedagógica para os professores que atuam ou possam vir a atuar nas escolas das aldeias indígenas. Isso se justifica visto que percebemos, no contato com os indígenas, que não há recursos didático-pedagógico que possa atender às necessidades específicas dos estudantes surdos, além da carência de oportunidades de formação continuada para esses docentes, com foco em crianças público-alvo da educação especial.

Também percebemos, que há uma Língua de Sinais entre os surdos Munduruku, e essa língua precisa ser difundida entre as aldeias e nas escolas, haja vista que alguns indígenas ouvintes e os professores encontram dificuldades para se comunicar com as pessoas surdas. E no período da pandemia da Covid-19, conforme nos foi relatado, essa dificuldade ficou ainda mais acentuada.

No que tange aos indígenas surdos da etnia Munduruku e sua Língua de Sinais, realizamos o registro e a catalogação dos sinais-termos específicos usados por eles. Contudo, é importante ressaltar que a Língua de Sinais Munduruku ainda não é oficial: trata-se de uma língua emergente usada pela comunidade surda local, que precisa ser preservada enquanto cultura linguística disseminada entre o povo que faz uso desses sinais para se comunicar.

A primeira validação foi realizada junto à comunidade surda local, e corrigiu alguns equívocos conceituais que os sinais-termos apresentavam. Para isso, utilizamos instrumentos que continham critérios avaliativos. Esse processo foi de

suma importância, pois ao apresentarmos os sinais-termos catalogados, percebemos que alguns não correspondiam aos sinais da LSM, e após ajustes, finalizamos a etapa de validação junto à comunidade surda Munduruku. Essas etapas construídas podem se tornar referência para outros pesquisadores que vierem a desenvolver projetos parecidos como esse em outras etnias.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. J. S. de. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

BARRETOS, E. A. **A situação de comunicação dos Akwe-Xerente Surdos**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191/2021. A letra a Lei 9394 para dispor sobre a modalidade bilíngue para surdos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Aceso: 22 mai 2023

COELHO, Luciana Lopes. **A Educação Escolar de Indígenas Surdos Guarani e Kaiowá: Discursos e Práticas de Inclusão**. 2019. 159 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade da Grande Dourados, Dourados, 2019.

COSTA, Miriã Gil de Lima. **Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

FELTEN, Eduardo Felipe. **Glossário Sistêmico Bilíngue Português-Libras de Termos da História do Brasil**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FURINI, Fernanda. **A Inclusão de Indígenas com Deficiência no Contexto da Educação Especial**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2017.

GREGIANINI, Luciana Coladine Bernardo. **Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade**. 179 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

MUSSATO, Michelle Sousa. **O que é ser índio sendo surdo?: um olhar transdisciplinar**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2017.

RIBEIRO, Daniela Prometi LIMA. **Glossário Bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: Criação de sinais dos termos da música**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SÁ, Michele Aparecida de. **Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá**. 2015. 183 f. Teses (Doutorado em educação especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SILVA, Cicinato Mendes da. **A vitoriosa Sobrevivência dos Indígenas da Amazônia**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio. **LÍNGUA TERENA DE SINAIS: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. 213. F. Teses (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara. 2018.

SUMAIO, Priscilla Alyne. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia da pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

Recebido em: 29 de janeiro de 2026

Aprovado em: 20 de abril de 2026

Publicado em: 30 de abril de 2026

